

Motorista reforça suspeitas sobre Cid

Glauco Dettmar

BRASÍLIA — O motorista Eduardo Felício Barbosa, que trabalhou para o deputado Cid Carvalho de 1989 a 1991, contou ontem ao delegado Magnaldo Nicolau, da Polícia Federal, que levou diversas vezes o parlamentar para conversas com o deputado Genebaldo Correia no edifício Brasília Trade Center. Outros encontros dos dois deputados ocorreram na sede da Caixa Econômica Federal (CEF), segundo Eduardo Felício.

— Eu não sei qual o motivo desses encontros, mas os do Brasília Trade Center eram frequentes — disse.

Eduardo Felício informou também que o assessor Paulo Rodrigues Alves servia tanto a Cid Carvalho como ao deputado Genebaldo Correia. Ele disse ter presenciado uma discussão entre Paulo Rodrigues e Cid Carvalho, em que este reclamava da falta de mil dólares de um total de US\$ 55 mil que deveria receber. O motorista contou ainda

que, em 1991, o deputado Manoel Moreira deixou à disposição de Cid Carvalho um Opala de sua propriedade.

Na CPI do Orçamento, os interrogatórios deverão ser retomados sexta-feira com os deputados Manoel Moreira (PMDB-SP) e José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG). Não foi decidida ainda a convocação dos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Genebaldo Correia (PMDB-BA).

O novo calendário de convocações será decidido hoje, quando o presidente Jarbas Passarinho (PPR-PA) e o relator, Roberto Magalhães (PFL-PE), discutirão com os coordenadores das quatro sub-comissões a possibilidade de prorrogação do prazo da CPI por mais 30 dias. Por causa da falta de tempo, os membros da comissão já têm como quase certa a criação de uma CPI exclusiva para apurar as denúncias de corrupção envolvendo empreiteiras que prestam servi-

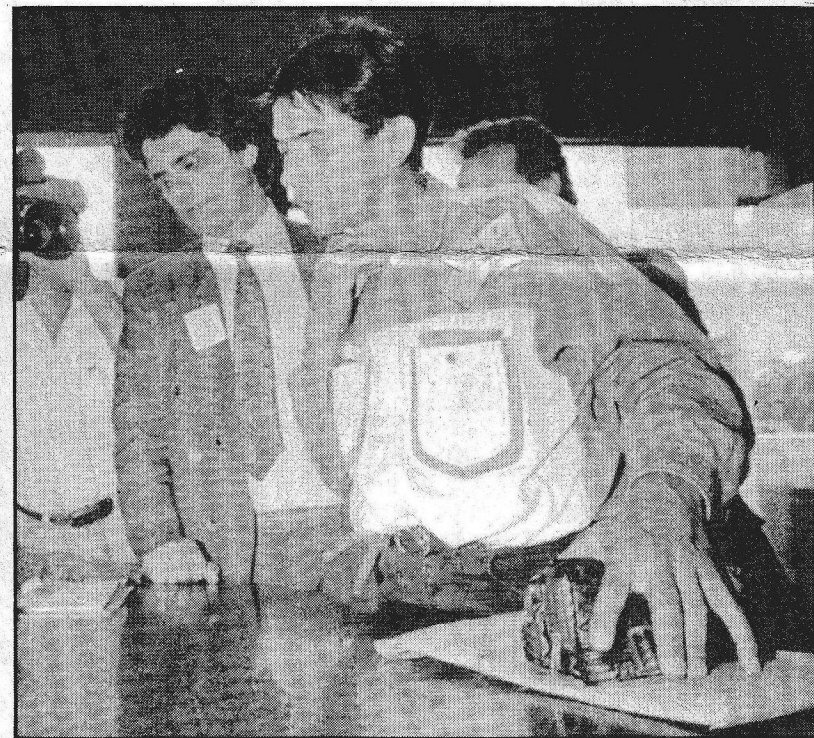
ços aos governos federal e estaduais.

Ontem o relator Roberto Magalhães anunciou a disposição de convocar para depor os 21 políticos e oito empreiteiros citados pelo ex-assessor da Comissão Mista de Orçamento José Carlos Alves dos Santos. Mesmo que houvesse depoimentos todos os dias, os 24 dias que restam para o fim do prazo legal não seriam suficientes.

— A prorrogação do prazo é fatal. Acho que precisaríamos de pelo menos mais 30 dias — disse Passarinho.

Já o relator defende um prazo menor para não frustrar a opinião pública.

— Não quero falar em número de dias, mas que não seja uma prorrogação muito longa para não provocar uma frustração na opinião pública e também para não prorrogar ainda mais esta paralisia que se verifica nos trabalhos do Congresso Nacional — argumentou ontem Magalhães.



Eduardo Felício (à direita) chega à Polícia Federal para prestar depoimento